



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4021637-34.2013.8.26.0405/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários**
 Exequente: **CLARA DIRCE SOARES ZANGOTTI ME**
 Executado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença de folhas 09/13, tendo em vista que todas as intimações se deram em nome da advogada Dra. Esther Groneu Luz, OAB 291053, integrante do mesmo escritório, e o impugnante sempre atendeu às publicações (**confira folhas 143/147 e folhas 190/192**), não havendo que se falar em nulidade.

Nesse sentido:

4002471-77.2013.8.26.0320 EMBARGOS À EXECUÇÃO JULGADOS PROCEDENTES – DUPLICATAS – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – OCORRÊNCIA – execução que prescreve no mesmo prazo de prescrição da pretensão de cobrança da dívida derivada do título executivo extrajudicial – inteligência da Súmula nº 150 do STF – prazo prescricional intercorrente de 3 anos (art. 18, § 1º, da Lei nº 5.474/198) esvaído – processo de execução que ficou sem andamento por mais de três anos, em razão de fato que deve ser atribuído à exequente, que deixou de atender à determinação de juntada da certidão de matrícula de um imóvel cujo arresto havia requerido, bem como deixou de diligenciar no sentido de fazer o processo prosseguir, permitindo o escoamento de prazo superior ao previsto em lei para o exercício da pretensão – ainda que suspenso por força do art. 791, III do CPC, o processo não pode perdurar eternamente, como se a dívida fosse imprescritível. **NULIDADE DE INTIMAÇÃO – INOCORRÊNCIA – ausência de nulidade da intimação para a prática do ato em relação ao qual a apelante quedou-se inerte – intimação que se deu na pessoa de advogado distinto daquele expressamente indicado – irrelevância, na espécie – preclusão – fato não alegado na primeira oportunidade, como deveria ocorrer (art. 245 do CPC) – existência, nos autos, de outras intimações atendidas por advogados diversos dos que receberam as publicações, que eram sempre dirigidas a profissionais do mesmo escritório, o que supre eventual nulidade – precedentes do C. STJ** – recurso desprovido (Relator(a): Castro Figliolia; Comarca: Limeira; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/09/2015; Data de registro: 16/09/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença de folhas 09/13.

Após a preclusão desta, expeça-se guia de levantamento do depósito de folhas 08 em favor da impugnada.

Certificado o recolhimento de eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de outubro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**